



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços

Processo Administrativo n.º 23422.011490/2020-09

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais para viabilizar o desenvolvimento de atividades culturais de extensão, a realização de eventos acadêmicos e para Laboratório de Práticas Corporais II, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	Quant	Preço estimado	Total estimado
1	150903	Espelho, material vidro cristal, polido, formato retangular, espessura de 4mm, colados em chapa de mdf para fixação em parede, parafusos cromados, dimensões: 1325mmx2100mm	unidade	4	R\$ 1.343,84	R\$ 5.375,36
2	150903	Espelho, material vidro cristal, polido, formato retangular, espessura de 4mm, colados em chapa de mdf para fixação em parede, parafusos cromados, dimensões: 1300mmx2100mm	unidade	2	R\$ 1.314,47	R\$ 2.628,94
3	463345	Pufe, material estrutura: couro sintético, revestimento externo: courvin, cor: preto, formato: quadrado, dimensões mínimas: altura: 40 cm, largura: 35 cm, profundidade: 35 cm, características adicionais: com pé, estrutura interna de madeira, peso suportado mínimo: 100kg.	unidade	6	R\$ 101,26	R\$ 607,56
4	439351	Tecido, cor variada, largura mínima 1,35, tipo misto linho/viscose, liso.	metro	30	R\$ 34,25	R\$ 1.027,50
5	259735	Solvente, aspecto físico líquido, aplicação: diluição em tinta	lata 0,9l	5	R\$ 9,58	R\$ 47,90
6	150919	Verniz, acabamento brilhante, cor incolor, secagem rápida	unid. 100ml	10	R\$ 14,37	R\$ 143,70
7	424700	Tinta esmalte, tipo acabamento: sintético, cor: verde, aplicação: interna e externa, aspecto físico: líquido e viscoso, características adicionais: spray	lata 350ml	5	R\$ 16,88	R\$ 84,40
8	424634	Tinta esmalte, tipo acabamento: sintético, cor: azul, aplicação: interna e externa, aspecto físico: líquido e viscoso, características adicionais: spray	lata 350ml	5	R\$ 14,84	R\$ 74,20
9	283834	Tinta esmalte, superfície aplicação: metal, cor:	lata 350ml	5	R\$ 15,45	R\$ 77,25

		amarela, diluente indicado: aguarrás, método aplicação: jato dirigido, aplicação: interna e externa, características adicionais: spray				
10	407857	Tinta esmalte, tipo acabamento: metálico, cor: vermelha, aplicação: uso geral: interior e exterior, material: resina acrílica, aspecto físico: líquido e viscoso, características adicionais: spray	lata 350ml	5	R\$ 12,46	R\$ 62,30
11	239783	Tinta esmalte, superfície aplicação: metal, cor: preta, diluente indicado: aguarrás, método aplicação: jato dirigido, características adicionais: spray	lata 350ml	5	R\$ 17,12	R\$ 85,60
12	276690	Tinta esmalte, superfície aplicação metal, cor prata, diluente indicado aguarrás, método aplicação jato dirigido, aplicação interna e externa, características adicionais spray	lata 350ml	5	R\$ 16,53	R\$ 82,65
13	407858	tinta esmalte, tipo acabamento metálico, cor dourada, aplicação uso geral: interior e exterior, material resina acrílica, aspecto físico líquido e viscoso, características adicionais spray	lata 350ml	5	R\$ 19,23	R\$ 96,15
14	150919	Verniz, acabamento brilhante, cor incolor, aplicação spray, características adicionais secagem rápida	frasco 350ml	5	R\$ 13,98	R\$ 69,90
15	453725	Pincel pintura predial, material cerdas: sintético, tipo cabo: médio, tamanho: 4, material cabo: madeira, características adicionais: com virola aço estanhado	unidade	10	R\$ 8,91	R\$ 89,10
16	453722	Pincel pintura predial, material cerdas: sintético, tipo cabo: médio, tamanho: 2, material cabo: madeira, características adicionais: com virola aço estanhado	unidade	8	R\$ 5,03	R\$ 40,24
17	441614	Pincel pintura predial, material cerdas: gris, tamanho: 1, material cabo: plástico ou madeira	unidade	8	R\$ 3,92	R\$ 31,36
18	64955	Biombo, material MDF, 3 módulos, espessura: 9mm, dimensões 129mmx180mm, vazado.	unidade	4	R\$ 283,29	R\$ 1.133,16
19	293220	Estante partitura , pedestal em metal, prancha em madeira, pés do tipo retrátil, regulagem de altura mínima de 144cm sem contar a prancheta , altura e largura mínimas da prancheta: 450mmx300mm, pedestal de tubos de metal na cor preto, porta batuta separado da prancheta, acompanhar capa de proteção.	unidade	2	R\$ 257,06	R\$ 514,12
20	471929	Instrumento musical - corda, componentes: com 6 cordas e estojo, comprimento: 1,05 m, tipo: violão. tipo acústico, estilo clássico, em material nylon, cor natural, altura e largura aproximadas: 105 cmx49cm. Produto equivalente ao yamaha NTX1 NT ou de melhor qualidade	unidade	2	R\$ 3.060,35	R\$ 6.120,70
21	449485	Quadro magnético, material metal, cor branca, material moldura alumínio, largura 60, comprimento 90	unidade	3	R\$ 142,00	R\$ 426,00
22	108219	Mesa auxiliar, material estrutura em aço, material , espessura mínima do tampo: 5cm ,	unidade	12	R\$ 372,19	R\$ 4.466,28

características adicionais dobrável ,
retangular, suportar até 200kg, .cumprimento,
largura e altura montada: 180 cm x 75 cm x 75
cm. medida aproximada da maleta fechada: 90
x 75 cm.

23	395188	Tripé, material: alumínio, altura máxima: 1,65 m, peso: 1,90 kg, capacidade: 4 kg, características adicionais: bolsa , transporte, fechado 69cm, movimento 3 eixos	unidade	2	R\$ 255,38	R\$ 510,76
24	128627	Conjunto limpeza fotográfico, aplicação câmara fotográfica, mínimo de 8 itens distintos, itens mínimos spray, caneta , bomba de ar, bomba de ar com pincel, flanela , lenços , cotonetes, outros.	unidade	2	R\$ 70,24	R\$ 140,48

Total geral estimado

R\$ 23.935,61

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou da data de aceite da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3 Os materiais a serem fornecidos devem ser, se aplicável: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) utilização de produto florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. iii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iv) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição dos materiais objetiva viabilizar o desenvolvimento de atividades culturais de extensão e na a realização de eventos de extensão, demais eventos acadêmicos, na estruturação do Laboratório de Práticas Corporais II, fornecendo-lhe melhores condições de uso para servidores e discentes, além de materiais necessários para a realização de atividades culturais de muralismo. A demanda apresentada atenderá necessidades das seguintes ações: Programas de extensão: Programa Permanente de Formação em Artes da Performance: Dando Corpo a Cena, Coral UNILA (*Todocanto*). evento anual: Semana Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão, Seminário de Extensão da UNILA e outros eventos e atividades culturais tais como a de muralismo.

2.2 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

1.1 A solução compreende a aquisição de materiais de consumo e permanentes para o melhor desenvolvimento das atividades das Ações, Eventos e outras atividades culturais, principalmente para o UNILA (SEUNI), atividades de muralismo e outras ações culturais em desenvolvimento que utilizem o Laboratório de práticas corporais II.

1.2A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1A demanda é considerada “comum” pois enquadra-se nos termos da definição do Art. 1º do Decreto nº 10.520/2002: *“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”*.

4.2 Conforme o Estudo Técnico Preliminar a modalidade de Sistema de Registro de Preços se mostra mais vantajosa pelo enquadramento da contratação no art. 3º, inciso IV do Decreto 7.892 de 08 de janeiro de 2013: *quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração*.

5 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço Rua Macucos, 131, Portal da Foz, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3529 2132 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br;

5.2Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1 Os materiais, quando for caso, deve estar *acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório.

9 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12 ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1 *Não há previsão de antecipação de pagamento.*

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2 multa moratória de 0,8% (oito centesimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias;

15.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

15.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 16.1** O custo estimado da contratação é de R\$ 23.935,61 (vinte e três mil, novecentos e trinta cinco reais e sessenta e um centavos). Tal valor foi obtido a partir da média de preços obtidos através do portal Painel de preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>), cotações com fornecedores e pesquisa em sítios de fornecedores na internet.

Foz do Iguaçu-PR, 08 de fevereiro de 2020.



Emitido em 08/02/2021

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2020 - null

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/02/2021 10:44)

KELLY DAIANE SOSSMEIER

PRO-REITOR(A) - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

PROEX (10.01.05.18)

Matrícula: 1937391

(Assinado digitalmente em 08/02/2021 10:14)

ROGER PERCILIANO DO PRADO DOURADO

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

DECC (10.01.05.18.01.04)

Matrícula: 1146680

(Assinado digitalmente em 08/02/2021 10:11)

SAMUEL RODRIGUES MONTEIRO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

Matrícula: 1916447

(Assinado digitalmente em 08/02/2021 10:48)

SANDRA APARECIDA ZOTOVICI

COREOGRAFO

Matrícula: 2397469

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número:

1, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **08/02/2021** e o código de verificação:

22e64b5b20